

Política de dupla face

Uma cena ocorrida no Congresso Nacional, anteontem, pode servir de símbolo para o pouco caso com que muitos políticos brasileiros tratam o eleitorado. Juntamente com sete outros colegas de bancada do PDT, o deputado fluminense Miro Teixeira não compareceu à votação do substitutivo do relator José Luiz Clerot (PMDB-PB) que limitava a possibilidade de reedição pelo Poder Executivo de medidas provisórias não apreciadas pelo Congresso. Como faltaram cinco votos para a emenda ser aprovada, a ausência dos pedetistas, inclusive Miro, no momento da votação, foi fundamental para a vitória governista. No entanto, o deputado fluminense fez questão de declarar, publicamente, que votaria pela limitação do poder presidencial.

Evidentemente, o presidente da Câmara dos Deputados, Ibsen Teixeira (PMDB-RS), não poderia considerar como válido o voto do parlamentar fluminense, que preferiu faltar à sessão plenária em que o substitutivo foi votado para poder participar de uma reunião no Banco Central a respeito da desocupação de um imóvel da Delfin ocupado por invasores. Por causa de tal expediente, Miro Teixeira, que já foi cha-

guista e hoje é brizolista, pôde servir a dois senhores ao mesmo tempo. Como faltou à votação, impediu a derrota do governo, que acaba de prometer US\$ 200 milhões a seu chefe, o governador do Rio, Leonel Brizola. Como declarou que votaria contra o governo, sentiu-se autorizado a espalhar pelos quatro cantos sua condenação de oposicionista.

O próprio líder da bancada brizolista, Vivaldo Barbosa, também esteve ausente da votação, numa demonstração clara de que o PDT é partido de um homem só, mas tem duas faces. A omissão numa votação importante como a de anteontem, infelizmente, mostra que, na política brasileira, continua predominando a atitude oportunista: fala-se uma coisa, mas se atua de forma inteiramente oposta. Para isso ser possível, os parlamentares se omitem nos momentos decisivos. Por isso, mesmo perdendo de 247 a 178, as bancadas governistas comemoraram a vitória do presidente no plenário da Câmara, anteontem. Faltaram cinco votos para o quórum qualificado de 252.

O deputado José Sarney Filho (PFL-MA), que anunciou a quem se interessasse

que votaria contra o governo, terminou formando ao lado das bancadas governistas, certamente não por acaso depois do anúncio oficial de que as obras da Ferrovia Norte-Sul seriam amparadas. Ou seja, tudo indica que o "ê dando quê se recebe" da Nova República se transformou num jogo aberto de "toma lá, dá cá" no Brasil Novo. E o Congresso, cujas primeiras ações nesta nova legislatura alimentaram algumas esperanças de que a atividade parlamentar voltaria a ser encarada com seriedade no Brasil, começa, novamente, a colecionar péssimos exemplos, capazes de comprometer de vez a imagem já desgastada da classe política perante a opinião pública nacional.

Aliás, a vitória do governo baseia-se na própria omissão do Poder Legislativo: basta votar, aprovando ou reprovando, para evitar a reedição de medidas provisórias pelo presidente. Reclama-se da "orgia" legislante do presidente Collor, que já editou mais de uma centena de medidas provisórias. Mas o Brasil corre o risco de ser governado por essa provisoriedade absoluta também por culpa da lamentável omissão do Congresso.